

Fim da “taxa das blusinhas” afeta calçado e vestuário do RS

Entidades avaliam impacto da retirada do imposto que estava em vigor desde 2024

Juliana Nunes

juliana.nunes@gruposinos.com.br

O que era uma conversa de bastidores se confirmou. O imposto de importação em compras internacionais de até US\$ 50, sancionado em agosto de 2024, chegou ao fim. A isenção foi formalizada na última terça-feira (12), por meio de uma Medida Provisória (MP), seguida da publicação no Diário Oficial da União. A ação não estava prevista na agenda oficial da presidência.

Sem a taxa de importação, a cobrança fica restrita aos encargos do ICMS, que no RS são 17%. Enquanto plataformas on-line, como Shein, Shopee e AliExpress celebram, entidades ligadas ao comércio e indústria já contabilizam os possíveis efeitos em produção, comercialização e nos empregos de toda a cadeia.

A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiersg) alerta que o fim da cobrança afeta a competitividade da indústria gaúcha, que ainda enfrenta efeitos acumulados da pandemia e das enchentes, além das instabilidades geopolíticas decorrentes da guerra na Ucrânia desde fevereiro de 2022 e do atual conflito envolvendo o Irã.

Calçadistas

Entre os setores mais impactados estão o vestuário e o calçadista. Segundo levantamento da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), a isenção da alíquota federal

sobre essas remessas compromete 53,9 mil postos de trabalho na cadeia do setor calçadista, dos quais, 18,7 mil são empregos diretos na fabricação de calçados.

A entidade que representa o calçado brasileiro mostra preocupação com a “invasão asiática”. Conforme a Abicalçados, as importações de calçados originários da China cresceu 85,1% nos últimos dez anos, enquanto, somente em 2025, as importações provenientes do Vietnã e da Indonésia avançaram, respectivamente, 21,4% e 32,8% em volume.

Confecções

Pelo vestuário, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) lembra que cerca de 80% das peças comercializadas no Brasil têm valor abaixo de US\$ 50. “Trata-se de uma decisão extremamente equivocada, que penaliza de modo direto quem investe, produz, emprega e acredita no Brasil”, diz a Abit em nota.

O Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado (Sivergs) reitera o posicionamento. “Se há isenção em compras de até US\$ 50 para produtos internacionais, os produtos brasileiros devem ser isentados em compras de até R\$ 250”, avalia comunicação do sindicato.

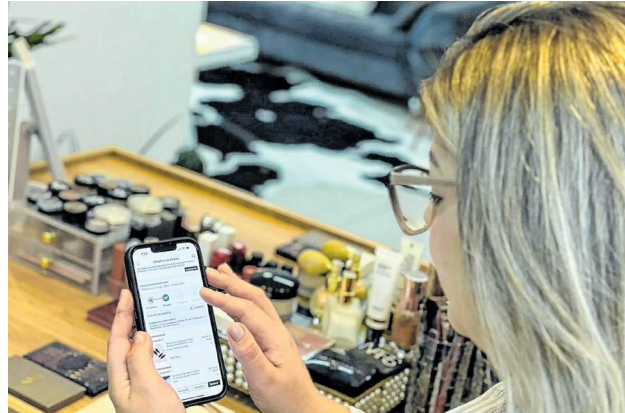


+ Decreto será votado

A cobrança da “taxa das blusinhas” começou em agosto de 2024, dentro do Programa Remessa Conforme (PRC). Esta taxa foi instituída da seguinte forma: uma cobrança de 20% sobre produtos internacionais de até US\$ 50.

A medida, publicada na última terça (12), alterou o decreto-lei (1.804/1980) e autorizou o Ministério da Fazenda a ajustar as alíquotas do imposto de importação aplicado às compras internacionais realizadas por pessoas físicas. Na prática, não está mais sendo cobrado o imposto de importação nas compras de até US\$ 50. O texto estabelece que bens de até US\$ 3 mil poderão ter alíquotas constantes ou progressivas definidas pelo Ministério da Fazenda. Para encomendas entre US\$ 50 e US\$ 3 mil, a tributação permanece em 60%, com dedução fixa de US\$ 30 sobre o valor do imposto.

As plataformas on-line, como Shein e Shopee, informaram que eventuais cobranças ainda poderão ocorrer nas próximas horas ou dias, por conta de ajustes nos sistemas. O valor, conforme as plataformas, será estornado nestes casos.



Fernanda utiliza plataformas internacionais, como a Shein

Consumidor feliz, mas varejo preocupado

Do outro lado, há o consumidor que deve voltar a apostar nas redes on-line de compras internacionais. A maquiadora e designer de sobancelha Fernanda Linder, 41, precisou adaptar suas compras enquanto a medida federal esteve em vigor. Com o fim da taxa, ela pretende voltar a investir em alguns produtos que utiliza em seu trabalho na cidade de Novo Hamburgo.

“Acho que agora vou poder comprar mais nos sites internacionais. Algumas coisas eu deixei realmente de comprar porque o imposto deixava mais caro. Como, por exemplo, aqueles retoques de batom que eu dou para a cliente utilizar no evento. Eu estava me virando com uns e outros que eu achava mais em conta, mas raramente conseguia”, explica.

Já o setor do varejo que atua de forma mais local está ainda mais apreensivo. De acordo com a Federação Varejista do Rio Grande do Sul, os mais atingidos com o fim da taxa serão os pequenos e médios empresários, que representam cerca de 90% do varejo nacional.

“Diferentemente dos grandes grupos, que possuem estrutura para diversificar produtos e criar promoções agressivas, o pequeno empreendedor possui margens limitadas. Tentar competir com produtos similares sob essa nova carga tributária torna-se inviável, o que fatal e inevitavelmente resultará em desemprego e no aumento da fragilidade financeira de quem sustenta a economia”, diz Ivonei Pioner, presidente da entidade.

Entidades defendem isonomia tributária

Assim como Sivergs, Abit e demais entidades, a Abicalçados defende a isonomia tributária. “O que se repudia é a concorrência sem isonomia. É fundamental avançar em uma agenda de isonomia tributária no e-commerce transfronteiriço, reforço da fiscalização, transparência das

operações, combate à subfaturação e redução do Custo Brasil”, diz o presidente-executivo, Haroldo Ferreira.

A Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado (Fecomércio-RS) faz coro na defesa do setor varejista. “Atuaremos incansavelmente para que uma situação de maior

isonomia concorrencial seja imposta, para que qualquer empresa que investe, gere emprego e opere de forma eficiente, atendendo da melhor forma a demanda dos consumidores brasileiros, seja incentivada a manter e ampliar suas atividades”, afirma o presidente da entidade gaúcha, Luiz Carlos Bohn.

ACI fala em ajuste fiscal eficiente e efetivo

As entidades gaúchas pretendem seguir mobilizadas para barrar a votação no Congresso Nacional. Na visão do diretor da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom, Estância Velha, Dois Irmãos e Ivoti (ACI-NH/CB/EV/DI/IV), Fauston

Saraiva, o debate é amplo e precisa, acima de tudo, levar em consideração a necessidade do ajuste fiscal. “Precisamos de um ajuste fiscal de uma forma eficiente e efetiva que permita que nossas empresas tenham competitividade no mercado interno e externo.”

Indicadores econômicos

INPC (IBGE mensal)	
Fechamento em abril	0,81%
Acumulado no ano	2,70%
Acumulado em 12 meses	4,11%
IGP-M (FGV mensal)	
Fechamento em abril	2,73%
Acumulado no ano	2,93%
Acumulado em 12 meses	0,61%
IPCA (IBGE mensal)	
Fechamento em abril	0,67%
Acumulado no ano	2,60%
Acumulado em 12 meses	4,39%

Câmbio (R\$)

Moeda	Compra	Venda
Dólar comercial	R\$ 5,008	R\$ 5,009
Dólar turismo	R\$ 5,029	R\$ 5,209
Euro	R\$ 5,864	R\$ 5,865

Valores referência (R\$)

	Valor atual
Mínimo nacional	R\$ 1.621,00
Mínimo regional - 1	R\$ 1.789,04
Mínimo regional - 2	R\$ 1.830,23
Mínimo regional - 3	R\$ 1.871,75
Mínimo regional - 4	R\$ 1.945,67
Mínimo regional - 5	R\$ 2.267,21
UPF-RS (fiscal/annual)	R\$ 28,3264
Taxa Selic anual	14,5%
TJLP (2º trimestre 2026)	9,13% a.a.
CDI (abril)	14,65% a.a.

Imposto de Renda

IR na Fonte		
Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R\$)
Até 2.259,20	isento	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,50	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,00	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,50	662,77
Acima de 4.664,68	27,50	896,00

Deduções: R\$ 189,59 por dependente/mês (R\$ 2.275,08 ao ano); R\$ 1.903,98 por aposentadoria após 65 anos. Dedução por pensão alimentícia.

A partir de 2026, salários até R\$ 5.000/mês são isentos.

De R\$ 5.000,01 a R\$ 7.350, o imposto calculado pela tabela sofre redução, por meio do redutor:

R\$ 978,62 - (0,133145 x rendimento tributável mensal).

Acima de R\$ 7.350, não há redutor e vale a tributação normal.

Poupança (%)

Data	Velha	Nova
14/05	0,6675	0,6675
15/05	0,6683	0,6683
16/05	0,6675	0,6675
17/05	0,6379	0,6379

SH no Inovalog Summit

A SH Estruturas Metálicas, de Novo Hamburgo, participa da primeira edição do Inovalog Summit, que começou ontem e segue nesta quinta-feira (14) no Centro de Eventos Olmiro Brandão, em Nova Santa Rita. A empresa é a responsável por 300 mil metros quadrados de área construída do centro logístico do Mercado Livre, inaugurado em Nova Santa Rita em 2025. A imersão reúne empresários, gestores, representantes do poder público e especialistas.